

**PERSPECTIVA DOCENTE FRENTE AOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**PERSPECTIVE OF TEACHER EDUCATION FACING THE CHALLENGES OF
THE INCLUSIVE EDUCATION OF STUDENTS WITH DISABILITIES
AUDITORY IN BASIC EDUCATION**

Joelma dos Santos Bernardes¹
Romênia Moraes Araújo²

Resumo: A educação inclusiva tem conquistado cada vez mais espaço e, essa ascensão é acompanhada de diversos desafios. Nesse sentido, torna-se imprescindível o estudo e a discussão a respeito das competências profissionais da comunidade escolar, especificamente do corpo docente, que está inserido na relação de ensino e aprendizagem. Diante disto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a eficiência e efetividade da formação docente voltada para a inclusão de aluno. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, composta pelos principais artigos e periódicos que tratam a temática. Como critério de inclusão, foram escolhidos trabalhos e artigos publicados nos últimos cinco anos, diretamente relacionados com o assunto. Desta forma, a pesquisa teve como metodologia a leitura de artigos e periódicos, leis, disponíveis online, em português e em bases como Google Acadêmico e Scielo. Os principais descritores utilizados para esta pesquisa foram “formação docente”, “inclusão escolar”, “deficiência auditiva” e “educação inclusiva”. Conclui-se que a formação docente se constitui um dos pilares imprescindíveis para uma educação inclusiva mais efetiva, mas que ainda necessita superar obstáculos e desafios.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Formação Docente. Pessoa com deficiência.

Abstract: Inclusive education has gained more and more space, and challenges accompany this rise. In this sense, it is essential to study and discuss the professional skills of the school community, specifically the teaching staff, which is inserted in the teaching and learning relationship. Given this, the present work aims to analyze the efficiency and effectiveness of teacher education to include students. Therefore, a bibliographical review consisted of the main articles and periodicals that deal with the

¹Licenciada em Pedagogia e especialista em Pedagogia Empresarial Organizacional pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car), com Mobilidade Internacional na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto (U. Porto). Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). É pesquisadora colaboradora na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: joelma.santos833@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5769-9364>

²Bacharela em Serviço Social pela Universidade Anhanguera (UNIDERP), Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica, EAD, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Caxias (IFMA) e Pós-Graduação em Serviço Social na Saúde EAD pela Faculdade de Ensino de Minas (FACEMINAS). Bacharela em Serviço Social pela Universidade Anhanguera (UNIDERP), Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica, EAD, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Caxias (IFMA) e Pós-Graduação em Serviço Social na Saúde EAD pela Faculdade de Ensino de Minas (FACEMINAS) E-mail: romeniaaraujo1000@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4644-9223>

subject. As inclusion criteria, works and articles published in the last five years directly related to the subject were chosen. Thus, the research read articles and periodicals, online laws, Portuguese, and databases such as Google Academic and Scielo. The primary descriptors used for this research were “teacher training,” “school inclusion,” “hearing impairment,” and “inclusive education.” It is concluded that teacher education is one of the essential pillars for a more effective inclusive education, but challenges and challenges still have to be overcome.

Keywords: Inclusive Education. Teacher Training. Disabled person.

Introdução

A presente pesquisa justifica-se pela importância do estudo e conhecimento a respeito da formação docente diante dos desafios educacionais contemporâneos no que tange ao processo de inclusão em salas de aula regulares. Além disso, entende-se que a formação docente voltada para as novas demandas educacionais tem sido amplamente discutida no âmbito educacional, independentemente do nível de ensino, evidenciando a relevância da temática proposta.

Com a ascensão da inclusão escolar das pessoas com deficiência, exige-se dos profissionais da educação um posicionamento diferenciado, voltado para o conhecimento de formas e meios de aprender sobre esses indivíduos, suas limitações e especificidades, sobretudo quanto ao aprendizado, pois cada indivíduo aprendiz possui as suas particularidades, bem como um tempo de aprendizado diferenciado dos demais.

Considerando a temática, objetivo foi analisar a eficiência e efetividade da formação docente voltada para a inclusão de alunos. Para tanto, partiu-se do seguinte problema: a partir da literatura científica até que ponto a formação docente abrange a inclusão de alunos com deficiência auditiva na educação básica?

A metodologia desenvolvida na pesquisa foi a revisão bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a revisão bibliográfica tem característica qualitativa e descritiva ao levantar os dados (artigos e livros), pois busca a compreensão e explicação de determinado fenômeno investigado. Desta forma, a pesquisa teve como ferramenta a leitura de artigos, periódicos, leis e disponíveis *online*, em português e em bases como Google Acadêmico e Scielo. Os principais descritores utilizados para esta pesquisa foram “formação docente”, “inclusão escolar”, “pessoa com deficiência” e “educação inclusiva”.

O trabalho é composto por uma breve explanação a respeito da educação especial e inclusão no espaço escolar, trazendo considerações sobre o aluno com deficiência

auditiva, além de discutir a formação docente e suas implicações na educação de crianças com deficiência auditiva. Por fim, tecem-se algumas considerações sobre a temática trabalhada.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), ela trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, pois busca a compreensão e explicação de determinado fenômeno. Desta forma, a pesquisa teve como metodologia a partir de consultas ao acervo da biblioteca eletrônica Scielo e em artigos pesquisados no Google Acadêmico usando os descritores inclusão escolar, deficiência auditiva e formação docente **na educação básica**.

Como critério de inclusão foram considerados os artigos publicados nos últimos cinco anos, seu aspecto relacional isto é, a objetividade em relação ao tema proposto e com os objetivos elencados assim como sua utilidade ou seja, as obras que foram publicadas há mais de cinco anos, mas que possuem relação direta com o tema e seus objetivos, fornecendo informações relevantes para o presente estudo. Utilizou-se como descritores os termos “formação docente”, “inclusão escolar”, “pessoa com deficiência” e “educação inclusiva”. Na estratégia de busca, usou-se os operadores booleanos “and” e “or”, considerando a interseção entre os componentes de busca.

Educação especial e inclusão escolar

A política educacional adotada no Brasil aborda um sistema de ensino que tem de estrutura e recursos para atender a toda sociedade em idade escolar, fomentando o processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, apresentando um atendimento especializado em salas de recursos multifuncionais. No entanto, esta realidade prevista na política educacional nacional ainda está distante de ser realizada de maneira efetiva e eficaz, pois “[...] inúmeras são as barreiras que impedem que a política de inclusão se torne realidade na prática cotidiana de nossas escolas [...] a principal [...] é o despreparo dos professores do ensino regular [...]” (GLAT; NOGUEIRA; 2003, p. 134 apud SANTOS; SANTOS; NASCIMENTO, 2017, p. 14)

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), é obrigação do poder público aprimorar os sistemas de ensino, com a finalidade de assegurar condições dignas de acesso, participação, permanência e aprendizagem,

através da promoção de serviços e de recursos voltados para a acessibilidade, eliminando barreiras e efetuando a inclusão (BRASIL, 2015).

Na perspectiva de Santos, Santos e Nascimento (2017), as políticas de inclusão nacionais tiveram diversas modificações no decorrer dos anos no contexto educacional, especificamente em relação ao público que se destinavam. Neste sentido, compreende-se isto como um avanço no Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerando os cuidados necessários aos alunos que possuem algum tipo de deficiência. No desenvolver das políticas de inclusão, nota-se, de forma clara, a relevância da formação docente especializada. A educação especial foi envolvida nas instituições de ensino por meio das políticas que asseguraram a obrigatoriedade do ensino a todos, evidenciando a necessidade de docentes e demais profissionais com uma formação pertinente e diferenciada, com a finalidade de atender com qualidade o aluno com deficiência.

Especificamente, encontra-se a ação sobre necessidades educativas especiais na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que solicita aos governos que deem máxima prioridade política e de recursos econômicos ao aperfeiçoamento dos seus sistemas educacionais, com a finalidade de incluírem todas as crianças ao sistema de ensino, respeitando suas diferenças e particularidades de aprendizagem. Além disso, os estudos sobre inclusão sinalizam que este processo inclusivo ainda não é como o esperado, visto que existem poucos docentes especializados para atuar nas salas multifuncionais e, também, uma estrutura escolar inadequada. Neste sentido, torna-se relevante que a formação docente esteja presente, de maneira que a forma de lidar com os alunos não seja a mesma, tendo em vista as especificidades de cada um e a importância de respeitá-las (SANTOS; SANTOS; NASCIMENTO, 2017).

Considera-se a figura do professor como de extrema importância no ambiente escolar e no contexto de ensino-aprendizagem, tendo em vista seu contato direto com os alunos, sendo um mediador do conhecimento e o facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, entende-se que a formação do docente tem influência, de modos diferentes, na sua atuação e vida diária no âmbito da sala de aula. Em outras palavras, a formação docente figura como um aspecto basilar de seu desempenho, bem como uma preparação para lidar com situações que podem surgir no cotidiano escolar (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016).

Nesse sentido, a formação docente está situada como um assunto relevante e bastante recorrente e atual, sendo razão de preocupação entre os pesquisadores que estudam a educação inclusiva, bem como o foco de diversas políticas públicas. Bem como

de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta as instituições e sistemas de educação na direção da promoção das respostas às demandas da educação especial, assegurando a formação de docentes para atender esse público de maneira especializada, bem como orienta que os demais profissionais estejam preparados para o processo de inclusão escolar (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016).

A Resolução CNE/CP de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior como os cursos de formação pedagógica, licenciaturas, e para formação continuada sinaliza que as instituições de ensino superior devem assegurar em sua composição curricular a presença de conteúdo específico em educação especial e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ademais, outras políticas direcionam para a formação com base na perspectiva inclusiva.

O processo de profissionalizar a docência teve maior destaque no século XIX, em razão da preocupação com o reconhecimento da docência enquanto categoria profissional como resultado de investimentos na instrução pública regular. O percurso de formação docente considera aspectos que colaboram para a produção da ciência, do conhecimento, assim como as vivências pessoais adquiridas ao longo da vida, as limitações e os recursos disponíveis (MARCOTTI; MARQUES, 2017).

Nesse sentido, a educação inclusiva como assinala a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 é compreendida como uma modalidade educacional, ofertada de preferência em um contexto regular de ensino, para alunos que possuem algum tipo de deficiência (MARCOTTI; MARQUES, 2017). Com base nisto, é dever do Estado proporcionar a educação especializada na educação básica, assim como também é seu dever promover serviços de apoio que assegurem a inclusão em classe regular daqueles que possuem demandas educacionais especiais. Ademais, a LDB também prevê como importante a especialização condizente com as demandas escolares, que contribua para a integração, acessibilidade e, sobretudo, assegure o direito ao aluno com deficiência integrar-se ao ensino regular.

É importante também destacar a evidência dessa pauta na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) quando se enfoca na formação integrada como algo necessário com treinamento ou não e experiências como uma maneira regular de educação de docentes para que a mobilidade e a complementariedade sejam garantidas. Este aspecto também é direcionado à formação continuada. É de suma importância que o profissional docente tenha embasamento teórico em suas práticas pedagógicas,

considerando o processo coletivo como direcionamento para a elaboração de suas metodologias, ressignificando os saberes e voltando-se para a diminuição das barreiras que afetam o crescimento profissional (SOARES; SALES; MARTINS, 2018).

A pessoa com deficiência auditiva

De acordo com Lopes (2019), a pessoa com deficiência auditiva é aquele sujeito acometido por perda parcial ou total da audição. Nesta perspectiva, a Organização Mundial de Saúde (OMS) faz uso das terminologias deficiência auditiva e hipoacusia para indicar a dificuldade de audição, no entanto, sem danos à comunicação.

No Brasil, as pesquisas a nível demográfico realizadas desde 1872 englobam informações a respeito da deficiência. Tais pesquisas indicavam uma perspectiva de que deficiência é a composição de um conjunto específico de alterações corporais reconhecidas como defeitos (LOPES, 2019). No entanto, a partir do Decreto nº 3.298, de 1999, a palavra deficiência teve maior ênfase no território nacional, sendo entendida como a presença de uma anormalidade ou perda de uma estrutura física ou capacidades psicológicas, anatômicas ou fisiológicas, que trouxesse incapacidade para o desenvolvimento de atividades de maneira reconhecida como normal dentro dos padrões sociais estabelecidos (BRASIL, 1999).

Em 2004, com o Decreto nº 5296, a deficiência auditiva passou a ser definida como perda parcial, bilateral ou total de quarenta e um decibéis ou mais, identificados por audiograma (BRASIL, 2004). No entanto, antes de ocorrer a publicação desta normativa, não existia um reconhecimento nítido a respeito da diversidade entre os indivíduos com deficiências iguais ou semelhantes. No contexto da deficiência auditiva, o discernimento a respeito do social pode ser diverso e equivocado, e o sujeito que apresenta essa limitação é muitas vezes compreendido como um indivíduo deficitário, em razão de uma sociedade que ergue suas práticas e valores baseando-se na cultura sonora, de modo que a audição é um bem imprescindível (SOUZA; SILVA; LIMA, 2017). De acordo com estes autores, essas perspectivas tem se inserido no contexto de aprendizagem, em diversos casos limitando ou dificultando a percepção do sujeito.

Segundo Souza, Silva e Lima (2017), a inclusão efetiva das pessoas com deficiência auditiva está vinculada ao processo de reconhecimento das diferenças e aceitação da diversidade, tanto dentro do processo de ensino-aprendizagem como fora dele. Isto não significa que estas particularidades devem ser ignoradas, tendo em vista que, de acordo com André e Teixeira (2018), inserir indivíduos com necessidades

educacionais especiais em um contexto de ensino e esperar que estes aprendam em razão da proximidade com os colegas de classe da mesma faixa etária é algo que possui uma tendência a apresentar resultados frustrantes. Neste contexto, o respeito e a aceitação das diferenças podem sinalizar para o início da abertura de oportunidades e de recursos importantes para o desenvolvimento da aprendizagem desse público.

Segundo Lopes (2019), o processo de ensino-aprendizagem de pessoas com necessidades educacionais especiais possui como base três elementos: o professor, o próprio sujeito e a família deste. No que diz respeito à educação, este conjunto de elementos são imprescindíveis para a estruturação de estratégias pedagógicas e o desenvolvimento de ações (LOPES, 2019). Nesta perspectiva, destaca-se ainda que o professor deve estar atento e capacitado de maneira a conseguir desenvolver suas práticas considerando as dificuldades do educando bem como a família devendo ambos entenderem e adaptarem-se às necessidades do sujeito.

A deficiência auditiva pode gerar inúmeros impactos na vida do indivíduo que a possui, destacando-se, dentre eles, a dificuldade ou incapacidade de relacionar-se socialmente, tendo em vista que, na maioria das situações, a oralidade não é desenvolvida. Se um indivíduo não tiver a oportunidade de aprender a língua de sinais ainda quando criança, as possibilidades de limitação de acesso a serviços e convívio social tornam-se altas, gerando alto impacto psicológico, gerando isolamento, embotamento emocional e frustrações (LOPES, 2019).

Nesse sentido, as orientações dos educadores e demais profissionais da educação devem ser objetivas, claras e fundamentadas, com a finalidade de prevenir ansiedade, expectativas irreais ou intensas reações dos pais, que podem apresentar mais danos do que a própria deficiência. A escuta dos familiares e o diálogo de maneira que esses pais expressem seus pensamentos pode ser mais uma possibilidade no alcance da edificação do conhecimento a respeito das pessoas com deficiência auditiva (LOPES, 2019).

Formação docente e a inclusão de alunos com deficiência auditiva

A educação especial foi organizada para atender especificamente e exclusivamente a alunos com necessidades educacionais especiais. Reconhecer as diferenças é essencial no caminho da integração e, principalmente, da inclusão, pela qual se espera que o professor não faça da turma uma homogeneidade, trabalhando como se todos tivessem a mesma capacidade na sua construção do conhecimento. Ao contrário, o professor passa a ser o principal agente condutor da inclusão,

reconhecendo as diferenças, respeitando-as e trabalhando de acordo com a perspectiva que diminuía toda e qualquer forma de exclusão.

A busca por compreender os paradigmas da educação deve considerar uma problemática de suma importância que é a formação docente, tendo em vista que se trata de uma temática contemporânea na educação. Nota-se que muitos dos docentes da educação infantil e séries iniciais muitos são iniciantes neste meio, havendo uma discussão constante sobre essa formação, pois a qualificação do educador é essencial para atender às demandas educacionais tão diversificadas, especificamente dos alunos com deficiência auditiva, considerando que uma de suas principais funções é a de mediar o conhecimento (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016).

Segundo Gonçalves, Gonçalves e Firme (2016), o próprio significado atribuído à palavra formação é iluminador: um conjunto de fatores e elementos que formam a dimensão pessoal do indivíduo. Trata-se, portanto, de educar, instruir, e esse papel é lançado à figura docente, ao educador; a formação docente pauta-se nos conhecimentos, tanto individuais como coletivos. É importante ressaltar que, infelizmente, diversos profissionais da educação não tiveram a formação pedagógica para trabalhar no atendimento desses alunos. Vale destacar também que as realidades estruturais das instituições de ensino do Brasil não foram consideradas para o atendimento e formação desses alunos a partir de uma perspectiva inclusiva, tendo em vista a diversidade e o tratamento adequado (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016).

Partindo dessa ideia, essa formação vai de encontro ao docente com a finalidade de auxiliar suas práticas pedagógicas, bem como a análise das mesmas. Conforme Secundo (2017), na formação docente há discussão e reformulação necessárias, de forma que, quaisquer modificações visam guiar seu progresso na maneira de trabalhar, na sua didática em ambiente de aula, de maneira a contribuir para o desenvolvimento do aluno.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) regula a formação profissional para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais, trazendo em seu Artigo 59 a normativa sobre a atuação de professores com especialização em níveis médio ou superior, voltada para o atendimento educacional especializado. Neste sentido, Secundo (2017) destaca que o atendimento deve prever o docente de ensino regular habilitado para trabalhar com esse público na sala de aula comum (SECUNDO, 2017).

A educação inclusiva tem sido uma proposta amplamente discutida sob vários aspectos, pois o sistema de ensino ainda não consegue efetivar integralmente a inclusão

de alunos com deficiência devido a um número elevado de problemas quanto a isto. Dentre estes problemas, encontra-se a formação docente, a estruturação das escolas e a disponibilidade de recursos. Esses três vértices formam um triângulo de estagnação quanto à inclusão. A formação do professor, além dos outros aspectos necessários, é imprescindível para que se efetive de fato a inclusão dos alunos com deficiência auditiva (SECUNDO, 2017).

Dessa forma, os contextos educacionais devem direcionar seus esforços com o compromisso de formar os seus profissionais educadores para que possam introduzir em sua prática docente novas metodologias de ensino que incluam e desenvolvam a criança com deficiência auditiva, voltando-se para um ensino de qualidade e com equidade no acesso. É importante que durante o planejamento das aulas o docente entenda as dificuldades de todos os seus discentes e reconheça-as, com a finalidade de realizar adaptações ou atividades próximas ou coerentes com as demandas apresentadas pelos alunos, especificamente em relação aos alunos com deficiência auditiva. Sendo assim, “a formação do professor de modo geral (educador especial ou educador comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares.” (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016, p. 874).

Considerando o exposto, os profissionais inseridos no contexto escolar devem buscar metodologias de trabalho que sejam possíveis com as crianças que possuem deficiência auditiva, caso contrário, inúmeros equívocos podem ocorrer, como o encaminhamento desses alunos para espaços separados de ensino, permitindo segregação e exclusão de atividades, isolamento social e reprovação. A escola, reconhecida como um espaço destinado à aprendizagem e à socialização entre os indivíduos de diferentes culturas e classes sociais, deve possuir como princípio a promoção de atividades que busquem a socialização entre todos os envolvidos no contexto escolar, com a proposta de inclusão em suas práticas (MARCOTTI; MARQUES, 2017).

A escola tem sua importância por englobar a construção de laços e preparar os alunos para os desafios da sociedade e do mundo do trabalho. Nesse sentido, alunos com deficiência auditiva devem ter acesso à uma educação básica de qualidade, para que possam condições de enfrentar as dificuldades externas a esse ambiente. A formação docente, nesta perspectiva, envolve uma diversidade de experiências e estratégias que visam refletir sobre o trabalho do educador com a finalidade de identificar novos métodos que colaboram com a interação e o desenvolvimento intelectual de cada aluno. A partir

disto, a educação na perspectiva inclusiva adquire espaço para sua efetivação de modo mais eficiente (MARCOTTI; MARQUES, 2017). A educação do aluno com deficiência auditiva deve ocorrer a partir da educação infantil e até a educação superior, utilizando desde cedo os recursos dos quais necessita para evoluir e superar as barreiras do ensino, gozando de seus direitos fundamentais e exercendo a cidadania.

É preciso que professores compreendam a magnitude desse desafio e procurem, além da formação que é indispensável, erradicar atitudes que limitam a inclusão, que trazem o aluno para dentro das salas de aula, mas que acabam deixando-os bem mais afastados do que se estivessem fora delas.

Nessa conjuntura, o processo de ensino da criança com deficiência auditiva na educação básica será mais fácil se a família desse sujeito também desempenhar o seu papel fundamental para que se possa afirmar a lei. Em que pese todos possuírem o direito à educação, e, especificamente no caso da pessoa com deficiência auditiva, uma educação com intérpretes em classe são necessários docentes capacitados para lidar com suas demandas educacionais e atividades que possuam o potencial inclusivo para efetivar a sua aprendizagem (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016). De acordo com Gonçalves, Gonçalves e Firme (2016, p. 874):

As ações dos docentes decorrem de um longo processo iniciado na família, perpassado pelas demais inserções até chegar às atividades desenvolvidas no interior da escola, em um processo de socialização/formação contínua. Nesse contexto, ao longo desse percurso, a formação das pessoas com deficiência recebe múltiplas interferências e, desta forma, levam todos os atores a alterarem suas posturas dentro do processo de ensino-aprendizagem (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016, p. 874)

Nessa perspectiva, as competências docentes podem colaborar para a elevação do nível de autonomia e consciência dos próprios educandos, bem como a autonomia da própria prática docente. Estas competências podem ser desenvolvidas a partir de ações político-pedagógicas introduzidas pelos docentes, que, por sua vez, possuem a tendência de colaborar para a afirmação de uma educação inclusiva, democrática, intensificando discursos contrários aos da exclusão, tanto no ambiente escolar quando nas demais instituições sociais. De acordo com Gonçalves, Gonçalves e Firme (2016, p. 874), a formação docente “inadequada ou com uma competência, de forma geral, comprometida, pode proporcionar chances de influências negativas junto aos educandos”. Na perspectiva de Secundo (2017, p. 14):

A Educação Inclusiva reconhece e valoriza as diferenças. Todas as crianças têm direito de frequentar a escola regular, tendo respeitadas suas diferenças. Mas não basta matricular as crianças surdas ou outras crianças com deficiência em classes regulares, são necessárias formas variadas de ensino, estratégias e recursos específicos que deem suporte ao modo diferenciado de cada criança aprender (SECUNDO, 2017, p. 14).

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a formação docente pode ocorrer através da formação continuada (BRASIL, 2008), com o objetivo de diminuir os prejuízos e dificuldades ocasionados em razão da ausência da formação adequada. No entanto, mantém as ambiguidades, bem como entende-se que a proposição contemporânea da formação docente “ainda não rompeu com o modelo de formação tradicional voltado a esses profissionais” (GONÇALVES; GONÇALVES; FIRME, 2016, p. 874) e, desta maneira, as percepções a respeito do ensino inclusivo podem ficar distorcidas.

Ainda que tenham ocorrido diversas conquistas e melhorias, a educação da pessoa com deficiência auditiva no território brasileiro ainda apresenta práticas excludentes e velhos hábitos e perspectivas com relação a este grupo (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016). A formação destes alunos pode ser comprometida, intensificando ciclos de violência e exclusão em momentos futuros da vida do aluno. A formação profissional surge como necessidade imprescindível no contexto da inclusão e não apenas nesse cenário. O professor e sua qualificação profissional são imprescindíveis nos diferentes processos educacionais que se instituem no âmbito da escola e da própria educação.

Somente será escola inclusiva a instituição que reconhecer e valorizar as diferenças de seu alunado e o movimento de inclusão só ocorrerá quando, dentro de sua prática na educação especial, seja capaz de coibir práticas discriminatórias, segregacionistas e ser contra processos sociais excludentes, garantindo a todos o direito de aprender. O movimento de inclusão ocorre não somente pela presença física de sujeitos deficientes, muito menos por assegurar a matrícula e a presença de educandos especiais em seu âmbito, mas deve ser evidenciada a qualidade no atendimento, permanência com êxito, mudança comportamental da comunidade escolar e o reconhecimento do aluno com deficiência como sujeito de direito igual a todos, capaz de traçar sua própria trajetória.

Não pode haver movimento de inclusão se as escolas não tomarem para si a responsabilidade, se a sociedade não compreender a necessidade de mudar sua postura e se os próprios profissionais da educação não buscarem rever seus conceitos, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência auditiva, bem como outros tipos de deficiência em todas as atividades desenvolvidas no contexto escolar.

O despreparo dos professores mantém, em caráter teórico, o que deveria estar acontecendo na prática segundo a lei. Se não há currículos, métodos e técnicas necessários ao atendimento dos alunos com deficiência auditiva na rede de ensino, ou, ainda, se eles não são adequados ou ineficientes para proporcionar a inclusão, há que se admitir que existem falhas no sistema, as quais não estão sendo reconhecidas, e o cumprimento da Lei não está acontecendo de fato, ainda que iniciativas tenham sido evidenciadas a respeito. Ou seja, os princípios da inclusão não estão regendo de forma concreta a tentativa de instalar um efetivo processo de inclusão nas redes de ensino.

Considerações finais

Ao considerar no trabalho uma análise descritiva acerca da eficiência e efetividade da formação docente voltada para a inclusão de alunos, tendo com inquietação investigativa se na literatura científica aponta para a formação docente abrange a inclusão de alunos com deficiência auditiva na educação básica. Tornou-se possível verificar que o processo educacional de pessoas com deficiência especificamente daquelas pessoas com deficiência auditiva teve avanços relevantes, como a obrigatoriedade da oferta de oportunidades em instituições públicas e a abertura para a reivindicação destas em instituições privadas, tendo em vista a promulgação da Constituição Federal de 1988, que prevê a modificação do tratamento dado às pessoas com deficiência no país, com ações focadas em sua inclusão social.

A respeito da educação, destaca-se o papel imprescindível e fundamental da Lei 13146, de 2015, que possui diretrizes específicas sobre a educação de pessoas com deficiência, assimilando em seu texto direitos, garantias e nomenclaturas que definem uma posição mais adequada e digna a este público. A educação, de acordo com a temática trabalhada neste artigo, é um direito fundamental social, e sua realização deve ocorrer mediante as previsões legais estabelecidas no texto constitucional e demais documentos legais, fazendo cumprir as normas, de modo que a educação seja a diferença na vida desse segmento da população. É importante salientar também a importância do aluno se

reconhecer como uma pessoa com deficiência auditiva, de modo que o processo de ensino da língua de sinais seja inserido no dia a dia da criança sem resistências decorrentes da não aceitação, tanto do aluno quanto de seus familiares.

Diante do exposto, a formação docente figura nessa conjuntura como de fundamental importância para a efetivação das políticas educacionais inclusivas, partindo do pressuposto de que a prática docente é um dos elementos basilares da educação, se conexa e alinhada às demandas educacionais dos alunos, visto que cada indivíduo possui suas especificidades de aprendizagem e modos diferentes de compreender o mundo. A formação docente, alinhada com a realidade e demandas escolares, possibilita o desenvolvimento da autonomia, da autoconsciência, da coletividade, dentre outras habilidades que contribuem para a inclusão no ambiente escolar. Destaca-se, também, a importância do docente auxiliar no ensino da Língua Brasileira de Sinais para além dos anos iniciais do ensino fundamental, incluindo toda a educação básica como um meio de facilitar o processo de comunicação, aceitação e inclusão no contexto escolar.

Portanto, se propõe que os currículos de formação dos professores possuam não apenas disciplinas voltadas para a temática da inclusão educacional, mas também que sua abordagem seja feita de maneira transversal às demais disciplinas dos cursos de formação docente. Entende-se que, assim, a inclusão não será visualizada de modo fragmentado, podendo ser reconhecida como um assunto cada vez mais natural nas discussões nos cursos de graduação. Além disto, é importante que os cursos de formação proporcionem mais práticas com crianças com deficiência, estágios em salas educacionais com a proposta inclusiva, de maneira que a discussão e as experiências promovam, de fato, a inclusão.

Referências

ANDRÉ, Cláudio Fernando; TEIXEIRA, Maria Cristina. A educação da pessoa com deficiência auditiva no Brasil. *Educação & Linguagem*, 2018, 21.2: 101-118.

BRASIL. *Lei n.º 13.146, de julho de 2015*. Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

_____. *Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei 7853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de dezembro de 2000, que dá prioridade de atendimentos às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. *Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei 9.304, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6253, de 13 de novembro de 2007.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

GONÇALVES, Wellington; GONÇALVES, Verana Maria Fornaciari; FIRME, Lilian Pittol. Formação e capacitação de docentes para atuar com alunos com deficiência auditiva: um estudo no Instituto Federal do Espírito Santo–IFES. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 24, n. 93, p. 866-889, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica* – 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MARCOTTI, Paulo; MARQUES, Michele Ferreira. Educação inclusiva-formação e prática docente. *Revista de Pós-graduação Multidisciplinar*, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2017.

LOPES, Meirilândia Rufino. *Educação inclusiva na perspectiva de professores de alunos com deficiência auditiva*. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Cajazeiras, 2019.

SOARES, Maria Eliana; SALES, Elielson Ribeiro; MARTINS, France. Docência e vida em formação: fragmentos de memórias na educação inclusiva. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, v. 3, n. 9, p. 983-997, 2018.

SECUNDO, Josilene Alexandre Marques da Silva. *Educação de surdos na Educação Infantil*. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Parnamirin, 2017.

SOUZA, Luzitania do N. Moraes; SILVA, Irondina; LIMA, Wanda Pereira. A inclusão do deficiente auditivo: na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. In: *Anais...* Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2017.

SANTOS, Josefa Alves dos; SANTOS, Ana Karoline Almeida dos; NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz. Formação docente: uma reflexão acerca da educação inclusiva. *X Encontro Internacional de Formação de Professores (Enfope)/XI Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional (Fopie)*, 2017.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 4, p. 527-542, 2016.